

Neusa Serra
Hamilton Faria

Organizadores

ECONOMIA SOLIDÁRIA
DA CULTURA E
CIDADANIA CULTURAL



desafios e horizontes

ECONOMIA SOLIDÁRIA
DA CULTURA E
CIDADANIA CULTURAL
desafios e horizontes



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

Prof. Dr. Klaus Werner Capelle - Reitor
Prof. Dr. Dácio Roberto Matheus - Vice-Reitor

Editora da UFABC

Profª. Drª. Adriana Capuano de Oliveira - Coordenação
Cleiton Fabiano Klechen
Marco de Freitas Maciel

Neusa Serra
Hamilton Faria
Organizadores

ECONOMIA SOLIDÁRIA
DA CULTURA E
CIDADANIA CULTURAL
desafios e horizontes



São Bernardo do Campo - SP
2016

© Copyright by Editora da Universidade Federal do ABC (EdUFABC)

Todos os direitos reservados.

Preparação de texto

Neusa Serra e Hamilton Faria

Revisão

Michela Silva Moreira

Projeto gráfico e diagramação

Rita Motta - Tribo da Ilha, sob coordenação da Gráfica e Editora Copiart.

Fotos

Leandro Noronha da Fonseca - Instituto Pólis

Impressão

Gráfica e Editora Copiart

CATALOGAÇÃO NA FONTE
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC
Responsável: Mariléia Aparecida de Paula CRB: 8/8530

Economia solidária da cultura e cidadania cultural : desafios e horizontes / Organizado por Neusa Serra e Hamilton Faria — São Bernardo do Campo, SP : EdUFABC, 2016.

ix, 176 p.

ISBN: 978-85-68576-46-5

1. Economia Solidária. 2. Coletivos Culturais – Região do Grande ABC (SP).
3. Política Pública de Cultura. 4. Economia Solidária da Cultura. 5. Cidadania Cultural. 6. Direitos Culturais. 7. Pontos de Cultura. 8. Desenvolvimento Local.
I. Serra, Neusa, org. II. Faria, Hamilton, org.

CDD 22 ed. – 306.47

Agradecemos às pessoas que nos auxiliaram na realização do evento e em diferentes fases do projeto:

Oswaldo Oliveira Neto, Secretário de Cultura de São Bernardo do Campo.

Alessandra Monteiro Diniz, Beatriz Buarque Frias Bernardo Lopes, Cláudio Márcio Cardozo Souza, Cleiton Fabiano Klechen, Eduardo Scorzoni Ré, Elias Ferreira Tavares, José Javier Sáez Acuña, Marcelo Ferreira Schiavo, Maria Eunice Ribeiro do Nascimento, Valdenor Santos de Jesus, Karen Yumi Akamatsu (UFABC).

Gisele Balestra, Leandro Noronha, Luciana Mercante, Tânia Maria Masselli, Wanda Martins (Instituto Pólis).

Sumário

1	APRESENTAÇÃO	1
	<i>Neusa Serra e Hamilton Faria</i>	
2	ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CULTURA E CIDADANIA CULTURAL: NOVOS PARADIGMAS	5
2.1	Economia solidária: novos paradigmas culturais.....	5
	<i>Ladislau Dowbor</i>	
2.2	Cidadania cultural no Brasil: desafios e perspectivas	23
	<i>Célio Turino de Miranda</i>	
2.3	Debates com o plenário	51
3	ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CULTURA E CIDADANIA CULTURAL: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS DE COLETIVOS CULTURAIS DA CIDADE DE SÃO PAULO E DA REGIÃO DO GRANDE ABC	59
3.1	Experiências dos coletivos culturais	59
	Associação Ribeirãopirense de Cidadãos Artistas – ARCA	59
	<i>Fernanda Henrique Souza de Lima</i>	

Coletivo de Consumo Rural e Urbano - CCRU	62
<i>Renata Silva</i>	
Ilú-Obá de Min	63
<i>Baby Amorim e Lenita Sena</i>	
Ponto de Cultura Circumunidade	67
<i>Hélio Costa</i>	
São Mateus em Movimento	69
<i>Aluizio Marino</i>	
Sarau do Fórum.....	71
<i>Cena 7</i>	
Espaço 50	74
<i>Murilo Borges</i>	
3.2 Debates com o plenário	79
3.3 Leitura crítica: economia solidária da cultura e desenvolvimento local na região do Grande ABC	97
<i>Silvia Helena Passarelli, Rafael Silva, Renan Magalhães e Thiago Mariano</i>	
4 CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DAS AGENDAS REGIONAL E NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CULTURA.....	111
4.1 O papel da política pública municipal.....	111
<i>Oswaldo de Oliveira Neto</i>	

4.2 A economia solidária e a economia da cultura: convergências.....	116
<i>Georgia Haddad Nicolau</i>	
4.3 Direitos culturais e cidadania	124
<i>Gil Marçal</i>	
4.4 Debates com o plenário	133
4.5 Leitura crítica: perspectivas para a região do Grande ABC	138
<i>Anderson Costa e Lara Rodrigues</i>	
4.6 Leitura crítica: a economia solidária e as conexões com as políticas culturais	150
<i>Neusa Serra e Simone Pellizon</i>	
5 UNIVERSIDADE E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL.....	163
<i>Daniel Pansarelli</i>	

Economia solidária da cultura e cidadania cultural: novos paradigmas

2.1 Economia solidária: novos paradigmas culturais

Ladislau Dowbor¹

Vivemos um período de desafios críticos. São basicamente três: o ambiental, o social e o financeiro. Estão articulados, e exigem uma mudança sistêmica de como orientamos o nosso desenvolvimento.

O desafio ambiental

O primeiro drama é o do aquecimento global. Houve, sim, argumentos em torno do tema, em particular envolvendo a guerra dos grandes grupos do carvão e do petróleo que organizaram um massacre planetário de desinformação; mas, hoje praticamente não há controvérsias. “A coisa está acontecendo” e estamos vendo os impactos em toda parte.

¹ Doutor em Economia, professor de Pós Graduação da PUC-SP, ex-consultor da ONU, conselheiro de várias instituições, entre as quais Instituto Pólis, CENDEC, IDEC e Conselho da Cidade de São Paulo.

O *homo sapiens*, com suas poderosas tecnologias, consegue extrair volumes de água fantásticos; entretanto, consegue, também, derrubar florestas com uma rapidez fenomenal. Conseguimos mapear as rotas dos cardumes nos oceanos com GPS e identificar, por satélite, a concentração de biomassa, o que permite tirar 90 milhões de toneladas de peixes dos oceanos todo ano. A vida, porém, não consegue se recompor nesse ritmo. É trágico o alcance de podermos tirar 70 milhões de tubarões dos oceanos, porque pessoas “chiques” gostam da barbatana. O *homo sapiens*, de repente, tem instrumentos tecnológicos que são muito mais poderosos do que a sua inteligência social.

Nós temos capacidades técnicas que avançam muito mais rapidamente do que as nossas capacidades de organização e de convívio inteligente humano. Só que isso gera um hiato extremamente perigoso. Estamos conseguindo acabar com a água por toda a parte, e não é apenas em São Paulo; afinal, vender água dá dinheiro... E temos a Sabesp e os acionistas. Dizem-nos que consertar os encanamentos é custoso. Tudo bem, mas, se você está perdendo 33% da água que produz, o importante é apenas o que está dando dinheiro, vender a água? Não estamos aqui comentando sobre gente desinformada. A maioria das pessoas ali dentro da Sabesp e das instituições de pesquisa sabe perfeitamente o que deve ser feito, sabe o ritmo de esgotamento dos lençóis freáticos, conhece as previsões climáticas de longo prazo. Mas, infelizmente, o que domina é o resultado financeiro.

Eu, a pedido de um governo africano, falei com uma dessas grandes empresas de pesca industrial que estão liquidando os peixes na África Ocidental. Eu disse a eles: “vai acabar!”. E eles: “meu amigo, eu tenho 100 milhões de dólares

empatados em pesca industrial, tenho de recuperar o ‘meu’”. E, aí, vem o argumento-chave: “se não for eu, vai ser outro!”. Se pegarmos um livro do Fred Pearce², por exemplo, sobre a água, veremos que esse autor está falando com um fazendeiro no interior da Índia. Antigamente, era um burrinho que rodava em torno do poço, não matava ninguém. Hoje você tem bombas que puxam 12 metros cúbicos por hora. Aumenta o PIB, aumenta a produtividade, só que vai baixando o lençol freático. Pearce pergunta: “vocês estão bombeando a qual profundidade?” Eles respondem: “Agora a 350 metros”. “E o que acontece?”. “Bem, a cada ano, acrescentamos um metro e meio de tubo”. Não estamos aqui falando com “idiotas”, mas com gente que entende de agricultura e de água. Aí vem a pergunta evidente: “isso aqui vai até quando?”. Eles respondem: “Eu sei que vai acabar, mas olha... Nessa região, tem milhões dessas bombas, é um grande lençol freático, não vai mudar nada se eu sair daqui”.

Com 7,2 bilhões de habitantes, tecnologias poderosas, e a mentalidade de cada um arrancar o que pode, o planeta vai fechar. É Adam Smith de cabeça para baixo: a soma dos interesses individuais não leva ao bem comum, leva ao desastre se não construirmos outra cultura econômica.

Estamos enfrentando um sistema em que cada um agarra o que pode. A filosofia do sucesso não consiste em uma pessoa se sentir contente pela sua contribuição para o planeta e o bem geral, mas em quanto puder mostrar que o tornou “seu”. É a lógica da economia do bem comum engolida pela lógica do poder e do sucesso individual. Na realidade, não estamos aqui como passageiros, e sim como tripulantes.

² Trata-se do livro “*When the rivers run dry: Water – The defining crisis of the twenty-first century*”, publicado pela Beacon Press, Boston, em 2006.

Temos de pensar o planeta, o futuro, os “filhos da gente”. Eu não sou nada pessimista e nada dramático, mas acompanho as contas, e “a coisa está indo para o brejo” com rapidez. Saiu um relatório do WWF em 2015, muito confiável, mostrando que de 1970 a 2010 conseguimos destruir 52% da vida de vertebrados no planeta, ou seja, em 40 anos. Hoje é fácil, com as nossas tecnologias, arrancar qualquer coisa, liquidar uma floresta, contaminar regiões inteiras com agrotóxicos. É preciso repensar a forma que nós nos administramos como sociedade. É uma mudança muito profunda que precisamos assimilar. Esse negócio de “deixa eu defender o meu, o resto que se dane” precisa ser mudado.

O drama social

O segundo desafio é o da desigualdade. A situação social é dramática. Até pouco tempo, somente se estudava a desigualdade de renda. Hoje começamos a estudar de maneira sistemática a desigualdade de riqueza, o que é diferente. Sou professor da PUC, minha renda anual é um fluxo. O meu estoque de riqueza é a minha casa, a minha conta no banco. Descontando minhas dívidas, obtenho o patrimônio familiar líquido (*net household wealth*). Hoje 85 famílias são donas de mais riqueza do que os 3,5 bilhões que constituem a metade mais pobre do planeta. Nunca, em algum momento da humanidade, houve esse tipo de apropriação, que se efetiva por mecanismos financeiros, porque nenhum dos proprietários destas fortunas produziu o que tem.

Essa desigualdade está levando a situações absolutamente explosivas. Não é apenas aqui em São Paulo que queimam ônibus e a PM mata. Ocorrem “explosões” em toda parte. No

mundo árabe, 70% dos trabalhadores estão no setor informal, não têm acesso a formas regulares de ganhar a vida. A média latino-americana está na faixa de 48%. O Brasil está na faixa de 40%. A OIT informa que, em 2014, 43% da juventude no mundo estava em situação de desemprego ou com emprego que não lhe permite o sustento. E isso está gerando situações explosivas, inclusive porque a atitude das pessoas mudou.

Atualmente, um pobre sabe que existem recursos para que sua esposa tenha assistência médica para que possa parir de maneira decente, para que os filhos tenham uma escola decente e assim por diante. Já não se encontram os pobres que os ricos amam, que dizem “sim, sinhô!” e baixam a cabeça. E isso envolve os Aymaras e outros povos indígenas, os jovens das favelas, ou até a filha da empregada no filme “*Que horas ela volta?*”. As pessoas sabem que os recursos estão aí, e a temperatura mundial sobe não apenas no sistema climático. E não é somente país árabe, toda a Ásia, toda a África, nos Estados Unidos. É por toda a parte.

Enfrentamos uma desagregação de capacidade de governo, uma desmoralização do pacto social e econômico injusto e absurdo que nos rege. Cerca de 2 bilhões de pessoas ainda cozinham com lenha, 1,3 bilhão de pessoas não têm acesso à eletricidade (lembrando: estamos no século XXI), 720 milhões de pessoas passam fome, e o Banco Mundial está animado porque dez anos atrás eram 920 milhões. Temos todos os dados: quantos vivem com menos de US\$ 1,90 por dia, quantos com menos de US\$ 4,00, quantas crianças ficam cegas a cada ano porque não se gastaram os 10 centavos de dólar de vitamina A. Somos uma sociedade absurdamente bem informada sobre os absurdos que nós geramos e reproduzimos. O problema, portanto, não é de falta de recursos. Hoje se produz

no mundo o equivalente a R\$ 7 mil de bens e serviços por mês, por família de quatro pessoas. Como o Brasil está exatamente na média mundial, esta também é a nossa cifra. Com o que a gente produz hoje, dá para toda a população viver de maneira confortável. Agora ter, por exemplo, uma centena de milhões de crianças que passam fome no mundo das quais entre 5 e 6 milhões chegam à morte por inanição ou por fragilidade... Nunca a fome é considerada a causa mortis final. É geralmente uma doença parasita que pega o organismo fragilizado, levando à morte. Somente de crianças, dá mais ou menos cinco torres de Nova Iorque por dia. As torres gêmeas de 11 de setembro geraram, imediatamente, um espetáculo midiático e atividades especulativas frenéticas com ouro. Enquanto isso, crianças morrem de fome em silêncio, como silenciosa é a dor dos pais. Sabemos onde estão, sabemos que temos o dinheiro, as tecnologias... Temos tudo. Contudo, a indiferença vai até onde?

Eu estou puxando isso não para dramatizar, mas pelo seguinte: o nosso grande problema não é inventar mais um chip ou mais alguma coisa, o nosso grande problema é nos organizarmos como sociedade civilizada. Isso envolve o processo decisório: como se decide a alocação dos nossos recursos. Por enquanto, assistimos impotentes à “novela da corrupção” e à “orquestra das panelinhas”, tudo regido por elites que somente no caso brasileiro dispõem de US\$ 520 bilhões em “paraísos fiscais”, o equivalente a quase um terço do PIB do país (dados do TJN britânico³). Resolver o drama social e o drama ambiental não constitui um problema econômico ou técnico, e sim um problema político e ético.

³ Trata-se da rede internacional independente Tax Justice Network, que se dedica a discutir temas como tributação, paraísos fiscais e globalização financeira.

Sabemos o que deve ser feito para enfrentar o drama ambiental, e sabemos o que deve ser feito para organizar a inclusão produtiva nos países mais pobres, e, no mínimo, assegurar uma renda básica para as famílias. Não se trata de construir um muro mais alto entre o México e os Estados Unidos, em torno das populações palestinas, ou ainda encher de navios armados o mar mediterrâneo. É tão absurdo que ficamos pensando: onde perdemos o senso do ridículo? Uma entrevista com uma das pessoas que ganha muito dinheiro organizando migrações de Africanos para dentro da Europa revela o óbvio: “Em vez de vocês gastarem tanto dinheiro percorrendo o mediterrâneo atrás dos refugiados, por que não financiam infraestrutura para as pessoas poderem ganhar a vida no país de origem?” São desafios reais. Precisamos de um choque de bom senso.

O desafio financeiro

O sistema financeiro precisa ser reconvertido, uma vez que ele não é um sistema físico, é um sistema imaterial. O que existe são os direitos, papéis e sinais magnéticos. Na verdade, todo o sistema financeiro é controlado basicamente por 147 grupos, dos quais os bancos constituem 3/4, que controlam o sistema mundial e fazem a reaplicação em áreas financeiras e não no que é necessário em termos de transformação. Um poder articulado mundial pertence aos 28 grupos financeiros mundiais “sistemicamente significativos”.

O PIB mundial de 2012 é da ordem de US\$ 73 trilhões. Trata-se da produção de bens e serviços. Mas o direito de acesso a esses bens e serviços ocorre por meio de diversos tipos de papéis, os recursos financeiros. Boa parte desses recursos estão em “paraísos fiscais”. São cerca de 65 “paraísos”.

Temos: HSBC na Suíça; o Bradesco e o Itaú em Luxemburgo; as grandes fortunas de todo o planeta nas ilhas Cayman, ilhas Virgens e outros espaços juridicamente fora do alcance da investigação e dos impostos, mas administrados essencialmente pelos grupos financeiros de Wall Street e da City de Londres. A pesquisa de Nicholas Shaxson, *Treasure Islands*, ou os estudos do *Tax Justice Network*, colocam todos estes dados ao alcance de qualquer um. O *Economist* arredonda os recursos em “paraísos fiscais” para 20 trilhões de dólares. Recursos que além de não serem investidos no desenvolvimento também drenam as riquezas através da especulação financeira.

O dinheiro hoje é magnético, circula nas ondas da luz, desloca-se pelo planeta em frações de segundos. E quem controla isso? Não temos governo mundial. Os sistemas existentes de regulação são nacionais, fragmentados e divididos entre 193 bancos centrais com legislações diferentes. Quando um banco central decide regular um pouco, por exemplo, baixar a taxa SELIC porque é importante para o país, enfrenta a pressão internacional, e ameaças de mais uma crise cíclica. Ninguém está no controle do sistema financeiro planetário. Nas últimas três reuniões do G20 (grupo de governos que controlam praticamente 80% da economia mundial), não se conseguiu chegar a nenhuma resolução frente aos gigantes mundiais das finanças. Há fragmentos de regulação, como a Lei Dodd-Frank nos Estados Unidos⁴, a tentativa de controle dos deslocamentos de lucros por meio do BEPS⁵ (visando ao

⁴ Lei Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protective Act, em vigor nos Estados Unidos desde julho de 2010. Essa lei visou a estabelecer alguma regulação no mercado financeiro americano, após a crise de 2008.

⁵ Base Erosion and Profit Shifting, projeto da OECD – Organization Economic Cooperation Development levado à reunião do G-20 em Lima, Peru, regulamentando a ação das grandes corporações relativas à remessa de lucros e outras transferências.

profit shifting) e outros, mas, essencialmente, encontramos-nos impotentes para tornar úteis os recursos apropriados pelos sistemas de intermediação financeira.

Os três desafios, o ambiental, o social e o financeiro estão articulados, porque existem os recursos, as tecnologias e as informações; todavia, não estamos tendo a capacidade de encaminhar os recursos para os desafios realmente existentes. As soluções passam pelo processo decisório, pela chamada governança. Logo, a política privatizada, que é o que enfrentamos, constitui o pior dos mundos.

Estou colocando o foco no processo decisório, no que temos chamado de governança. Estudamos o governo, que é a máquina estatal, o sistema público, porque governança é um conceito mais amplo. Envolve, por exemplo, no Brasil também o MST, a FIESP, os grandes bancos, o conjunto dos atores sociais que influenciam o processo de organização política, econômica e social. De certa maneira, trata-se de resgatar as rédeas desses processos. Não é o caso aqui de entrarmos na discussão geral das grandes soluções; porém, podemos, sim, apontar alguns eixos de oportunidades.

Primeiramente, analisamos a urbanização. Nós não somos mais, como nos anos 1950, populações rurais dispersas, com capacidade organizada de decisão apenas em algumas capitais. No Brasil, hoje há 85% de população urbana, e cada cidade pode começar a pensar como se organiza, como constrói a sua qualidade de vida, a sua economia, a sua riqueza cultural, a sua sustentabilidade, a redução e a liquidação da pobreza. O contexto e o apoio externo ajudam; mas, a iniciativa principal tem de vir do local, inclusive na dimensão do uso inteligente dos aportes externos.

O Brasil é de urbanização muito recente, basicamente fruto do imenso êxodo rural entre os anos 1960 e 1980, com

atração urbana, mas, também, com a expulsão generalizada das populações do campo pelos interesses do agronegócio e com forte repressão, o que levou a essa explosão de cidades como São Paulo, com periferias crescendo até 10% ao ano, pobres que chegavam com “uma mão na frente e outra atrás”. Nem o ritmo de urbanização nem o controle das elites permitiram que as infraestruturas acompanhassem o ritmo, com escolas, saneamento, segurança e infraestruturas em geral. A herança desse período se reflete nas diversas formas de desigualdade que caracterizam as nossas cidades.

No entanto, podemos inverter o raciocínio e ver as oportunidades. Quando se agregam populações, geram-se, também, economias de proximidade, que permitem que pensemos, por exemplo: São Paulo hoje parou de crescer, e podemos pensar em como organizar esta cidade não para construir mais viadutos, mas para começar a viver melhor? Desde a priorização radical do transporte coletivo de massas até ciclovias, arborização urbana, reurbanização dos rios que não precisam ser apenas esgotos, generalização do Wi-Fi urbano aberto, até repensar a localização das atividades econômicas. Enfim, começar a pensar, de forma organizada, a apropriação inteligente do território pelas comunidades, o que tem sido enfrentado de maneira criativa apenas nos últimos anos.

O paulistano perde 2h 40min no trânsito. É patético! No quadro do “Nossa São Paulo”⁶ e outras instituições, fizemos um estudo com uma série de pessoas sobre o que poderia ser São Paulo em 2022. É impressionante como a cidade de São Paulo tem técnicos que entendem tudo sobre a cidade, devido às excelentes propostas obtidas. Então, por que não se

⁶ Referência à Rede Nossa São Paulo, uma organização da sociedade civil. Para maiores informações, acessar: <<http://www.nossasaopaulo.org.br>>.

viabilizaram? Não se viabilizaram porque predominam os interesses das elites, das montadoras, das empreiteiras, dos especuladores imobiliários. A corrupção é apenas uma dimensão de uma deformação que é sistêmica.

Na escala nacional, temos um congresso com bancada ruralista, bancada dos grandes bancos, bancada das empreiteiras, bancada das montadoras, bancada da grande mídia. Ficamos procurando “com lupa” a bancada do cidadão. É um grande desrespeito à Constituição, evidentemente, é como somente poder ler o artigo primeiro. Finalmente o STF percebeu. Mas, os prejuízos acumulados desde que a lei de 1997 autorizou as empresas a “comprarem os candidatos” através do financiamento das campanhas são imensos.

Voltando à oportunidade que oferecem às cidades, podemos, sim, reconstruir espaços locais de governança, democracia, transparência e participação. Nem tudo foi capturado. Por que temos essas deformações na cidade de São Paulo? Será que sempre houve uma aliança entre empreiteiras, montadoras e os interesses imobiliários da cidade? Há alguns pontos “fora da curva”, como a Erundina, a Marta, o Haddad. Este governante, por exemplo, está fazendo realizações importantes e de bom senso. Assim, retomamos a ideia que sugerimos, e que trabalhamos em numerosos textos como *O Que é Poder Local*⁷, para além dos dramas mundiais e nacionais: é possível, sim, cidade por cidade, “puxar as rédeas”, organizar de forma decente os espaços do nosso cotidiano.

Experiências inovadoras e riqueza cultural

Acompanhamos, com pesquisadores da PUC-SP e da FGV-SP, durante 10 anos, cerca de 8.000 experiências

⁷ Ver Dowbor, 2008.

inovadoras em todo o Brasil. São impressionantes os fatos que estão acontecendo. A nossa mídia adora Brasília e algumas outras capitais. Os jornalistas gostam das capitais e não viajam muito; por isso, as transformações profundas no Brasil mal aparecem. Temos alguns batalhadores que trazem um pouco de luz sobre isso. André Trigueiro e o pessoal do Instituto Pólis têm feito um trabalho importante. Lamentavelmente, o CEPAM, uma das poucas instituições (junto com o IBAM do Rio) que apoia tecnicamente o desenvolvimento municipal, está sendo fechado pelo governo do Estado de São Paulo. E temos importantes batalhadores que abrem espaços – como Tânia Zapata e Tânia Bacelar em Pernambuco, Tânia Fisher na Bahia, Cunca Bocaiuva, Franklin Coelho, Caio Silveira e outros no Rio de Janeiro – e iniciativas muito importantes como Cidades Sustentáveis no quadro do movimento “Nossa São Paulo”. Entretanto, são iniciativas insuficientes e com insuficiente apoio para tornar sistemicamente produtivos e promover o desenvolvimento dos 5.570 municípios do país. Precisamos de muito mais. Os municípios são os blocos que constituem o país; se não forem bem administrados, é o conjunto que sofre.

Na Suécia, país de urbanização mais antiga, a carga tributária é elevada, acima de 50%, muito mais elevada do que a nossa (35%). Mas lá 72% dos recursos públicos são repassados para instâncias locais, porque é onde se constrói o cotidiano. As pessoas comentam que “tudo é globalizado”; sem dúvida, o computador é global, mas a escola dos meus filhos e a qualidade do ensino é uma coisa local, faz parte da cultura da cidade. A riqueza cultural ou não da minha cidade é algo local que se organiza. A arborização ou não das minhas ruas, o serviço decente de reciclagem é “coisa local”. A qualidade

do nosso cotidiano, a própria segurança e o sentimento de tranquilidade são predominantemente locais. Eu pessoalmente acho um crime as crianças não terem acesso a piscinas públicas e gratuitas, em qualquer nível social. É fundamental. É tão barato ter uma piscina por escola, e os espaços de convívio de lazer desse tipo saem mais baratos do que a ampliação do aparato de repressão.

É essencial entender que o nosso nível de vida depende apenas parcialmente da expansão do patrimônio individual. No Canadá, a renda das pessoas é mais baixa do que nos Estados Unidos, mas o “salário indireto” – sob forma de creches, escolas e universidades gratuitas, saúde pública universalizada, parques e espaços verdes disseminados no tecido urbano, permitindo práticas de caminhada, jogos e lazer gratuitos – chega através do investimento social, e o acesso universal e equilibrado constrói uma sociedade mais solidária.

O exemplo da piscina que mencionei ajuda a entendermos a importância do consumo coletivo, ou público. Ter uma piscina própria parece ser um avanço social. Aqui, para ter piscina, a pessoa precisa ter muito dinheiro. Quando passamos de avião, vemos nos bairros chiques ou no topo dos prédios caros aquelas manchas azuis das piscinas particulares. O interessante é que quase nunca tem alguém nesse local, porque ficar sentado na própria piscina é francamente tedioso, quase ninguém a usa. Diz-se: eu tenho a “minha piscina”, eu tenho o “meu isso”, eu tenho o “meu aquilo”, eu tenho o “meu carro”. Mas não temos transporte coletivo decente. E eu tenho o meu carro e fico parado na beira da Marginal Tietê. Por isso, é necessário percebermos que o equilíbrio do consumo individual e dos bens coletivos é fundamental, inclusive para reduzir a desigualdade e gerar um clima mais amplo de convívio e de paz social.

Na Guiné Equatorial, onde trabalhei para a ONU, a infraestrutura de energia pública era muito precária, então as pessoas com dinheiro tinham seus geradores individuais, e comentavam: “eu tenho a minha eletricidade”. Quando conto isso no Brasil, as pessoas acham ridículo ter de gerar a sua própria energia, possuir o seu próprio gerador. E essas mesmas pessoas depois ficam paradas na marginal do Tietê, porque, conforme falam, “eu tenho o meu carro”. Quando trabalhei em Nova Iorque, eu não usava carro, usava o transporte coletivo. Hoje muitos lá alugam carros pelo fim de semana, para programas, compras ou passeios, mas não pensam no carro para irem trabalhar. Na realidade, é essencial que desloquemos nossas visões, no conjunto, com menos gritaria ideológica e mais bom senso em termos de qualidade de vida para todos.

A cultura vista como assistir a uma representação no teatro municipal constitui um tipo de “verniz chique” para pessoas chiques. É válido, mas cultura é muito mais do que isso. Eu vejo riqueza cultural na criação de condições sociais que permitam a realização generalizada, por todas as pessoas, dos seus diversos potenciais criativos nas relações familiares, amorosas, profissionais, intelectuais – tantas riquezas criativas que frequentemente apenas “dormem” em nós. Há espaços privilegiados para construirmos uma sociedade melhor, mais aberta e criativa, aplicando os nossos potenciais nessa direção.

A criação de um ambiente rico em torno de nós, ao mesmo tempo, nos realiza e abre espaços de realização para outros. Por exemplo, inúmeras cidades no mundo, independentemente de se preocuparem com os grandes dramas nacionais e mundiais, decidiram “fazer a lição de casa”. A cidade de Jacksonville publica, todo fim de ano, o Relatório de Avanço da Qualidade de Vida, o que permite que as pessoas

acompanhem os próprios avanços sociais. Nos *townships* em volta de Johannesburgo, os outdoors, em vez de apresentarem modelos com poses sedutoras oferecendo *gadgets*, mostram a evolução, em colunas, ano por ano, de como está o desempenho do bairro em termos de mortalidade infantil, acesso a saneamento, acesso à água e assim por diante. Há espaço para se discutir a cidadania, o progresso, algo além de acumular mais capacidade de consumo do que o vizinho. O nosso problema não é falta de meios técnicos ou de recursos financeiros, é realmente de atitude organizada de convívio para “as coisas funcionarem”. E isso é a mudança cultural.

A economia imaterial

Focando um pouco mais de perto a economia solidária e a cultura, o mundo dos que trabalham com economia enfrenta uma reviravolta profunda. Por exemplo, se eu pego um celular, ele pode ter 5% de trabalho físico e de matéria-prima. O que estamos pagando? É o que a gente chama de imaterial: *design*, pesquisa, conhecimento. Estamos entrando na economia do conhecimento com extrema rapidez. E isso é absolutamente revolucionário. Mais da metade do valor criado hoje no planeta consiste em conhecimento incorporado.

Por que isso muda tanto o nosso universo? Porque, na era dos bens físicos, toda a economia está centrada no problema da escassez. O papel do economista consistia em organizar a otimização da alocação de recursos escassos. Os bens físicos são bens rivais. O conhecimento não. Depois que você criou o conhecimento, você pode espalhar isso pelo mundo. Se eu passo o meu relógio para o Célio, eu deixo de ter meu relógio. Ou ele tem ou eu tenho. Se eu passo uma ideia para ele, ou vice-versa, eu continuo com a ideia. Só que, na cabeça dele,

uma ideia minha vai ecoar de maneira diferente, porque ele tem uma mobília diferente “aqui em cima”.

Vale a pena a leitura de um trabalho de Jeremy Rifkin, “*A Sociedade de Custo Marginal Zero*” (*The zero marginal cost society: the internet of things, the collaborative commons, and the eclipse of capitalism*) publicado, em inglês, em 2014. Para produzir relógios para mais pessoas, vou precisar de mais matéria-prima, de mais trabalho. Mas o conhecimento, se é colocado na internet – como o faz o MIT nos Estados Unidos com o OCW (*Open Course Ware*) ou o sistema CORE (*China Open Resources for Education*) na China –, milhões de pessoas dele se apropriam, estimulando novas adaptações e mais criatividade. O conhecimento pode se multiplicar para enriquecer todo o mundo, sem custo adicional.

Eu sou professor, meu trabalho é produzir, estimular e transmitir ideias, não é produzir relógios. O meu *site*, www.dowbor.org, foi criado pelo meu filho Alexandre há cerca de 18 anos. Todos os meus livros, artigos, bem como livros e artigos que me mandam com esta autorização – mas que sejam bons e criativos – estão lá, disponíveis de graça no regime *Creative Commons*. Hoje dezenas de milhares de pessoas acessam meu *site*. Coloquei nele um pequeno livro: “*Tecnologias do Conhecimento: os desafios da educação*” (DOWBOR, 2013). Recebi um *e-mail* de Timor Leste, onde se fala português. Nunca estive lá, não conheço ninguém, mas alguém, de lá, leu e gostou. Mandaram-me um *e-mail*, pedindo autorização para usar o livro para formar professores. Respondi: “muito honrado, à vontade”. O esforço que eu tive de produzir essa ideia teve um custo, a divulgação e o uso não aumentam esse custo. Agora, juntemos as duas coisas. A economia é fundamentalmente baseada hoje em um fator de produção chamado

conhecimento. O principal fator de produção da economia moderna é o fator de produção, cujo uso não reduz o estoque. E a conectividade planetária permite que o conhecimento circule sem custos, que seja aproveitado por qualquer pessoa, com efeito multiplicador ilimitado. Chegou a “hora de acordarmos” para novos horizontes e novas regras de jogo... E muitas oportunidades!

Um novo paradigma cultural: a economia colaborativa

Está se gerando, por meio de um sistema cultural colaborativo, a possibilidade de democratização do planeta e de conceder às pessoas instrumentos de governança, de resgate do chamado empoderamento. O conhecimento é, sem dúvida, um fator de emancipação, de empoderamento. Isso é profundamente radical. O MIT fez um balanço de acesso aos seus textos científicos: foram cerca de 50 milhões de textos científicos baixados pelo planeta afora, apenas do MIT. Já imaginaram a contribuição que é oferecida para a sociedade em geral? O Estado e as universidades cobrem o esforço de desenvolvimento da pesquisa de uma ideia. Na China, quando o professor traz uma inovação, traz uma descoberta, ela é disponibilizada, ele recebe um bônus da universidade e, a partir daí, isso se torna acessível para todos os chineses e para todo o mundo. E nós ainda estamos nas nossas universidades “xerocando capítulos de livros”. É “pré-história” realmente.

Há um excelente projeto de lei do Paulo Teixeira, que está no Congresso (o congresso que temos, eleito com dinheiro corporativo), mas parado há alguns anos. Segundo o projeto, em vez de “amamentar” as grandes editoras que contrata para produzir milhões de livros escolares todos os anos,

o MEC compraria os direitos autorais dos próprios autores, tornando o acesso livre, descentralizando a eventual impressão e introduzindo as atualizações ou correções quando fosse necessário. Haveria o livre acesso, *open access*.

São outros tempos, estamos entrando em outra economia, a economia do acesso aberto. Eu, evidentemente, estou mais familiarizado com o que isso representa na área acadêmica. O Célio Turino muito mais na área cultural. Mas a verdade é que as coisas estão se deslocando com extrema rapidez. E na economia, quando eu tenho esse tipo de matéria-prima, um fator de produção que pode se multiplicar pelo planeta afora sem custos adicionais, o paradigma básico não é mais de competição “isso é meu, isso é teu”, e sim de colaboração. As grandes pesquisas no mundo estão sendo feitas com o chamado *distributive research*. Os laboratórios têm aberto os seus resultados de pesquisa, porque o que um inventou facilita o avanço dos outros. Todos passam a trabalhar na ponta, menos pessoas ficam “reinventando a roda”. A leitura do *Wikinomics* (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2006), aliás, ajuda muito a entender essas novas dinâmicas.

Os nossos grandes desafios, deixar de destruir o planeta, assegurar uma vida decente para todos e reorientar os recursos parados na especulação financeira para que estes financiem justamente a reorientação tecnológica que permita resgatar o planeta, já são um bom programa. Com Ignacy Sachs e Carlos Lopes, resumimos isso no texto: “*Crises e Oportunidades em Tempos de Mudança*”, com 13 eixos propositivos (SACHS; LOPES; DOWBOR, 2013). Está no *site*. De graça, naturalmente, porque o trabalho do professor não é apenas dar aula, também é comunicar, ajudar na construção.

ECONOMIA SOLIDÁRIA DA CULTURA E CIDADANIA CULTURAL

Entendemos que a economia solidária inaugura um novo contexto para a cultura e a cidadania. Refletir sobre a economia solidária da cultura é lançar luzes sobre a cidadania cultural, entendida como um conjunto de direitos e valores que sedimenta modos de vida e processos participativos sobre o fazer cultural. Por isso, os jovens que vivenciam essas experiências participativas, principalmente nas periferias, nos trazem novos elementos para pensar a cultura de forma mais generosa e ampliada. Esses grupos participam como protagonistas do fazer cultural emergente.

O grande desafio agora será ampliar os diálogos interculturais e as políticas públicas em uma escala mais abrangente e com novos repertórios, marcados pela solidariedade, pela tolerância, pela convivência na diversidade e por uma cultura de direitos, em especial o direito à cidade.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-68576-46-5



9 788568 576465